

ATA DA 5^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2016

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de Maio de 2016 (dois mil e dezesseis), às 14hs. (quatorze horas), na Sala de Reunião do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON, situado na Avenida Sete de Setembro, 2557 – Bairro Nossa Senhora das Graças, nesta capital, realizou-se a 5^a (quinta) Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 2016. Estavam presentes a Presidente Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira e os Conselheiros: Adma Franciane Levino Gonzaga - Representante do Poder Executivo; Andrea Maria Rezende - Representante do Poder Executivo; Adailton Silva Lima - Representante do Sindicato do Poder Executivo; Adriel Pedroso dos Reis – Representante do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas; Christian Norimitsu Ito - Representante do Ministério Público; Claudio Fon Orestes - Representante do Tribunal de Contas; Francisco Borges Ferreira Neto – Representante do Poder Judiciário; George Alessandro Gonçalves Braga - Representante do Poder Executivo; Helga Terceiro de Medeiros Chaves - Representante do Sindicato do Poder Legislativo; Lucineia Lobo Moreira Braga – Representante do Poder Legislativo; Leonardo Hernandez de Figueiredo - Representante do Sindicato do Ministério Público; Raiclin Lima da Silva - Representante do Sindicato do Poder Judiciário; Vanda Vilhena de Melo - Representante do Sindicato do Poder Executivo – Inativos, conforme assinaturas apostas em folha para registro de presenças, fazendo parte da presente Ata. Também esteve presente: Miguel Roumê – Auditor Geral do IPERON. A Reunião teve como Pauta, na Ordem do Dia: **a)** Avaliação Atuarial (a pedido do Conselheiro Adailton Silva Lima) e **b)** Deliberação e aprovação do Relatório Anual de Auditoria do IPERON (a pedido do Conselheiro Raiclin Lima da Silva). A Presidente Maria Rejane, ao constatar a existência de quórum, abriu a 5^a Reunião Ordinária do Conselho Administrativo, dando boas-vindas a todos, oportunidade em que iniciou falando que o Conselho terá que marcar uma reunião extraordinária ainda no mês de junho do corrente ano. Falou ainda que havia mais assuntos na pauta da reunião ordinária, mas que não foi possível devido o IPERON está oferecendo um curso na mesma data da reunião ordinária do CAD/IPERON e sugeriu que a reunião extraordinária fosse marcada para o dia 09 de junho do corrente ano. O Conselheiro Francisco Borges falou que nesta data na poderá estar presente na reunião extraordinária, devido já esta com uma viagem marcada e sugeriu que a reunião extraordinária seja marcada para o dia **14 de junho do corrente ano**. Prosseguindo a reunião, a Presidente sugeriu que primeiramente fosse falado sobre o segundo item da pauta, que é a deliberação e aprovação do Relatório Anual de Auditoria do IPERON, acrescentou dizendo que o Sr. Miguel Roumiê se fazia presente na reunião para falar sobre os alguns pontos de preocupação levantados pelo Conselheiro Raiclin Lima e precisará retornar ao curso oferecido pelo IPERON, proposta

J. Jumau



acatada pelos membros do Conselho. Em seguida, passou a palavra para o Conselheiro Raiclin Lima da Silva para falar sobre o assunto. O Conselheiro Raiclin Lima falou foi deliberado pelo Conselho na reunião anterior que ele e o Conselheiro Claudio Fon iriam elaborar as proposta da regulamentação das atribuições do Auditor Geral do IPERON e algumas alterações no Relatório do Plano Anual de Auditoria do IPERON proposto pelo Sr. Miguel. O Conselheiro Raiclin Lima falou ainda que o Relatório do Plano Anual de Auditoria do IPERON foi apresentado no Conselho e até o presente momento não foi aprovado, enfatizou que a sua preocupação é quanto à atuação da Auditoria do IPERON e não no desenvolvimento de análise processual, que deve existir que é o controle interno do IPERON, onde é feito o checklist que é verificado se os processos estão em ordem, mas a necessidade do Instituto é que se proceda às auditorias. O Conselheiro Raiclin Lima lembrou que o Conselho tem um papel importante que é a indicação do Auditor Geral do IPERON para que sejam feitas as auditorias, lembrou ainda que o IPERON estava sem Auditor e que atualmente no cargo está o Sr. Miguel Roumiê, mas com a necessidade de realmente ser feito as auditoria e não a parte de controle Interno. O Conselheiro Raiclin Lima destacou que esteve conversando com Sr. Miguel Roumiê para saber sobre as dificuldades existentes no Setor de Auditoria do IPERON e observou a falta de estrutura para trabalhar e o desenvolvimento dos trabalhos para qual foi indicado, que é Auditoria. O Conselheiro Raiclin Lima falou que diante dos fatos, trouxe o assunto para o Conselho para que medidas sejam tomadas. O Conselheiro Raiclin Lima falou ainda que não será possível apresentar a proposta da regulamentação das atribuições do Auditor Geral do IPERON e algumas alterações no Relatório do Plano Anual de Auditoria do IPERON nesta reunião ordinária e solicitou que seja apresentado na reunião extraordinária do CAD/IPERON que acontecerá no dia 14 de junho do corrente ano. A Presidente sugeriu que o material elaborado pelos Conselheiros Raiclin Lima e Claudio Fon seja encaminhado a secretaria do Conselho para que a mesma possa encaminhar para os demais Conselheiros (as) para que apreciem para que o assunto seja discutido na próxima reunião extraordinária. Em seguida, a Presidente passou a palavra para o Sr. Miguel Roumiê para falar sobre os alguns pontos de preocupação levantados pelo Conselheiro Raiclin Lima. O Sr. Miguel Roumiê falou que conversando com o Conselheiro Raiclin Lima, relatou ao mesmo das suas necessidades como Auditor do no âmbito do IPERON, ressaltou que precisa de um espaço físico, mas segundo a Diretora Administrativa e Financeira do IPERON Srª Neuracy Rios após a reforma de uma parte do prédio será disponibilizado o espaço físico, destacou que também precisa de uma secretaria, para que os trabalhos de Auditor, sejam melhor desenvolvidos. O Sr. Miguel Roumiê ressaltou que precisa ser aprovado a Reestruturação do IPERON para que possa desenvolver o cargo para que foi designado e que atualmente tem desempenhado somente os trabalhos de controle interno, o Concurso Público do IPERON que precisa ser realizado e a aprovação do Relatório do Plano Anual de Auditoria do IPERON para que os trabalhos sejam

Munaut

ASR

DR

DR



realizados. O Conselheiro Francisco Borges perguntou qual a finalidade do assunto na reunião ordinária, pois não se fez presente na reunião passada. A Presidente falou que o Auditor Geral do IPERON é indicado pelo Conselho de Administração e o Conselheiro Raiclin Lima preocupado se efetivamente o Auditor Geral do IPERON vem realizando os trabalhos de auditoria resolveu trazer a matéria na reunião passada para discussão e deliberação sobre o assunto no Conselho. Ressaltou que o Conselho entendeu que haveria também a necessidade de estar regulamentando as atribuições do Auditor Geral do IPERON que está sendo elaborado pelos Conselheiros Claudio Orestes Fon e Raiclin Lima da Silva e será apresentado no dia 14 de junho do corrente ano. Ressaltou que o atual Auditor do IPERON Miguel Roumiê se faz presente nesta reunião para informar se tem cumprido as suas atribuições. Enfatizou que o Sr. Miguel Roumiê, destacou alguns itens, concernentes a falta de estrutura, necessidade de pessoal técnico na Auditoria, a realização de Concurso Público do IPERON, aprovação da proposta do Relatório do Plano Anual de Auditoria do IPERON para apreciação do Conselho. Destacou que atualmente pelo contexto do Estado, pelas deliberações do Poder Executivo não poderá haver a mudança de Estrutura Organizacional devido gerar impacto financeiro ao Estado de Rondônia. A Presidente falou que quanto ao espaço físico no âmbito do IPERON, alegado como imperativo para a realização dos trabalhos de Auditoria, ainda não foi possível devido ter sido detectado, pela administração, na reforma do prédio, que uma parte do prédio apresentava problema estrutural. Tão logo detectado o problema estrutural, fizemos contato com a defesa civil e a polícia técnica, que estiveram no IPERON e devido a preocupação com a segurança dos servidores do IPERON e com as pessoas aqui atendidas, parte do prédio foi isolada e iniciado o trabalho de reforma, agora sendo finalizado. A Presidente ressaltou ainda que essa é uma das solicitações do Sr. Miguel Roumiê, espaço para realizar os trabalhos de auditoria e que ainda não foi possível atender as demandas de espaço não só do Auditor Geral como de outros servidores pelas razões expostas e que estão plenamente motivadas no interesse maior que é a segurança de todas as pessoas. Enfatizou que o IPERON tem carência de servidores em várias áreas, mas que já solicitou o retorno de alguns servidores cedidos a outros órgãos e poderes. Ressaltou que o processo para o Concurso Público do IPERON está na Mesa Estadual de Negociação Permanente – MENP, que o Conselho Superior Previdenciário determinou que fosse dada prioridade para o assunto mas até o momento o IPERON não obteve respostas. Destacou que todos os cargos solicitados no Concurso Público são de extrema importância, mas se houvesse a possibilidade de fazermos somente para os cargos de Auditor, Atuários, Analistas já auxiliaria o Instituto, embora saibamos que todos os cargos elencados na Lei são de suma importância para que o Instituto possa atuar. Ressalta, ainda, a Presidente enfatizou, como já o fez em outras oportunidades, que não conhecia o Sr. Miguel Roumiê e que quando foi encaminhado pelo TCE para ocupar o cargo de Auditor, estava plenamente ciente das dificuldades que o IPERON

Júlio Maut

Adriano

Adriano



enfrentava, dificuldades essas que vem sendo solucionadas. O Conselheiro Francisco Borges perguntou como estariam os procedimentos para o concurso dos estagiários do IPERON. A Presidente informou que foi identificado um erro no cálculo feito pelo IEL, mas já foi readaptado, estando com contrato para ser assinado e possibilidade de que até quarenta dias esteja resolvido. A Presidente perguntou ao Conselheiro George Braga que é também Secretario da SEPOG e Presidente da MENP, como estava o processo do Concurso Público do IPERON que está na Mesa Estadual de Negociação Permanente – MENP. O Conselheiro George Braga falou que devido Lei de Responsabilidade Fiscal e a crise política, o Estado ficará pelos menos um ano sem os Concursos Públicos, a prioridade é a folha dos servidores públicos e quanto à contratação de estagiários, se houver servidores que possam estar voltando para o IPERON será priorizado o retorno desse servidor, pois o momento é de cautela e prudência. O Conselheiro Francisco Borges ressaltou que nos próximos cinco a seis anos o IPERON terá muitos servidores que estarão se aposentando. O Conselheiro Adriel dos Reis falou que os estagiários não terão experiência ou conhecimento técnico para os trabalhos de Auditoria, mas se houver a possibilidade de aproveitamento em atividades auxiliares seria de suma importância. O Conselheiro Adriel dos Reis chamou a atenção para o recém editado Decreto Estadual de N. 20.858/2016, “que estabelece no âmbito da administração pública estadual direta, autarquia e fundacional, normas e medidas complementares de racionalização do gasto público e outras providências”. Disse ainda que o Decreto lhe deixou bastante preocupado, sem saber no que atingiria as atividades do IPERON, mas não se sabe se foi alterado ou suspenso. A Conselheira Adma Franciane falou que o Decreto N. 20.858/2016, foi suspenso pela Assembleia Legislativa. O Conselheiro Adriel ressaltou que há uma crise mundial, sendo que o Rio de Janeiro, por exemplo, já tem sofrido as consequências desta crise na folha de pagamentos dos aposentados e pensionistas que não tiveram creditado o pagamento de seus benefícios, portanto o momento é de se fazer ajustes, reinventar, para que Rondônia não passe pela mesma situação. O Conselheiro Adailton Lima falou que quanto à situação do Auditor Geral do IPERON o Conselho terá que buscar soluções internas. O Conselheiro Adailton Lima falou que, o que se entende quanto ao Auditor na legislação a disposição do Conselho, são os olhos e ouvidos deste Conselho, não tem como o Conselho acompanhar as questões do Instituto no seu dia a dia, pois a função do Auditor é fornecer as informações sintetizadas para o Conselho. O Conselheiro Adailton Lima ressaltou que o Conselho deve estar atento sobre a responsabilidade do Auditor, pois em certas situações é melhor não ter Auditor de se for de forma inadequada. O Conselheiro Adailton Lima sugeriu que na próxima reunião extraordinária o Conselho traga sugestões de forma abrangente para o cargo de Auditor para que possa realmente auxiliar o Conselho. O Conselheiro George Braga perguntou se não há possibilidade de contratar uma empresa terceirizada, enquanto não se realiza o Concurso Público do IPERON. O Conselheiro

Monaur

Adailton Lima

George Braga



Christian Ito falou que talvez Auditoria externa dependendo da atividade. O Conselheiro Christian Ito falou ainda que o atual problema na Auditoria é que as funções de Auditor e controle interno do IPERON estão misturadas, destacou que segundo a informação do Conselheiro Raiclin Lima o atual Auditor do IPERON Miguel Roumiê está envolvido com os processos do Controle Interno e o TCER definiu que essas funções de Auditoria e Controle Interno sejam separadas, destacou que o primeiro ponto a ser definido pelo Conselho é retirar o Auditor da função do Controle Interno para que em seguida, possa exigir a elaboração do Plano Anual de Auditoria para que o mesmo possa estar fazendo os processos administrativos mais específicos e peculiares da Instituição. O Conselheiro Christian Ito enfatizou sobre a possibilidade de contratar uma empresa para fazer Auditorias externas para questões específicas tal como, na Folha de pagamento do Instituto e na reunião extraordinária já poderá ser definido todas essas questões. A Presidente falou que concorda com o Conselheiro Christian Ito que todas essas questões sobre o Auditor Geral do IPERON precisam ser definidas o mais breve possível. Falou ainda que o IPERON tem recebido bastante processos e ainda virá uma demanda grande de mais ou menos 4.000 (quatro mil) processos e que precisam ser resolvidos com celeridade, alguns deles precisam ser dado celeridade são os da Educação que precisam fazer a contratação de novos professores e esses processos irão passar pela Auditoria do IPERON. Lembrando que haverá demanda de processos no âmbito do Instituto e não poderá formar comissões com serviços extraordinários. Após discussão, o Conselho deliberou e aprovou por unanimidade, que na reunião extraordinária do dia 14 de junho de 2016 será apresentado para apreciação a Proposta de Alteração aos Requisitos de Auditoria no Âmbito do IPERON, elaborado pelos Conselheiros Claudio Fon Orestes e Raiclin Lima da Silva. Dando continuidade a reunião, a Presidente falou do item da pauta, que é sobre Avaliação Atuarial, solicitado pelo Conselheiro Adailton Silva Lima para que o assunto estivesse na pauta desta reunião. Em seguida, passou a palavra para o mesmo falar sobre o assunto. O Conselheiro Adailton Lima falou que esse assunto já vem sendo tratado em algumas reuniões do Conselho, mas é devido à importância e a gravidade do assunto. O Conselheiro Adailton Lima ressaltou que medidas possíveis devem ser adotadas para prevenir situações futuras, precisa ser encaminhado um expediente do Conselho de Administração para o Conselho Superior Previdenciário indicando soluções para o equilíbrio financeiro, pois o CSP é o único que tem poder de decisão quanto à questão. O Conselheiro Adailton Lima enfatizou que existe um cálculo atuarial apresentado pelos atuários que deve ser usado até que seja feito outro cálculo remodelado, com informações mais precisas da base de dados do Estado. O Conselheiro Adailton Lima enfatizou ainda que pelo levantamento feito pelos atuários, o Governo do Estado corre o risco de em 2019/2020, ter que aportar recursos da receita do Estado para o Instituto de Previdência. O Conselheiro Adailton Lima falou que o CAD/IPERON deve encaminhar um expediente solicitando o



aumento da alíquota patronal de 11% para 13,27%, conforme deliberado pelo Conselho Superior Previdenciário e outras medidas a serem tomadas. O Conselheiro Adailton Lima falou ainda que serão de grande relevância quaisquer decisões tomadas para minimizar o déficit atuarial. A Presidente falou que o assunto sobre o cálculo atuarial estará na pauta da próxima reunião ordinária do Conselho Superior Previdenciário. O Conselheiro George Braga falou que estará se reunindo com os Chefes dos Poderes no dia 06 de junho do corrente ano para tratar sobre o cálculo atuarial. A Presidente falou que seria importante se os atuários pudessem estar presente nesta reunião. Falou ainda que irá convida-los, mas dependerá da agenda dos mesmos. A Presidente solicitou ao Conselheiro George Braga que o Conselho fosse informado qual o horário da reunião que acontecerá no dia 06 de junho do corrente ano através da secretaria do Conselho, para que os membros possam participar. O Conselheiro George Braga falou que estará informando o horário da reunião a secretaria do CAD/IPERON. O Conselheiro Adriel dos Reis falou que analisou o relatório atuarial e fez algumas comparações com relação às informações que geraram o resultado apurado no Fundo capitalizado e no Fundo financeiro e observou que o que mais precisa ser trabalhado é a melhoria, isto é, uma melhor consistência da base de dados do Estado, pois existem inconsistências inadmissíveis, como por exemplo: Servidores aposentados com idade inferior permitida (565 casos). Na sua opinião, ou há uma grande equívoco nessas informações (falha de cadastramento) ou, o que é pior, esses servidores estão aposentados irregularmente causando prejuízo ao Instituto. Também citou a inconsistência referente aos dependentes de servidores com idade superior a 21 anos (36 casos), o que não pode ser admitido, pois a lei só permite até 21 anos, salvo se inválido,. Também citou a inconsistência quanto a servidor com mais de 70 anos, o que não era permitido em 2014, que ainda não estavam aposentados (369 casos). O Conselheiro Adriel dos Reis salientou que é necessário que esteja sendo atualizada regularmente a base de dados dos servidores, aposentados e pensionistas do Estado de Rondônia, através do recadastramento anual, no mês de aniversário do segurado, e deu como exemplo, a Prefeitura de Porto Velho, que faz o recadastramento pela data de aniversário Segundo ele basta que seja criado esse hábito e habituar o servidor a se recadastrar, que com medidas simples como esta, proporcionariam uma base de dados mais consistente, sendo que tais medidas que não trazem nenhum custo ao regime próprio ou aos segurados precisam ser tomadas para o bem dos próprios segurados. O Conselheiro George Braga falou que devido o recadastramento de 2015 houve uma economia de R\$ 6.000.000.000,00 (seis milhões). A Presidente falou que foi feito o recadastramento, mas ainda não foi abastecida a base de dados com as informações dos servidores cadastrados. O Conselheiro Adailton Lima solicitou que o assunto da Avaliação atuarial seja incluído na pauta da reunião extraordinária do dia 14 de junho de 2016, e que estará trazendo as proposta para amenizar o déficit atuarial para apreciação e deliberação do CAD para

Júlio M. Aut

Adailton Lima

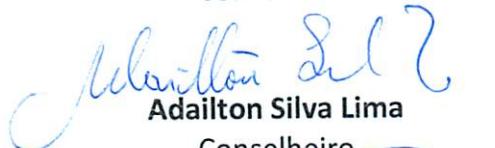
George Braga



encaminhar ao Conselho Superior Previdenciário, que foi acatado por unanimidade pelos membros do Conselho. O Conselheiro Francisco Borges solicitou que a reunião ordinária marcada para o dia 30 de Julho de 2016 seja marcada para um dia anterior, pois nesta data estará viajando. Após discussão, foi deliberado pelo Conselho que a data da reunião ordinária do mês de julho, será no dia 25 de julho de 2016. A Conselheira Presidente agradeceu a presença e a participação de todos e encerrou a reunião às 17hs. (dezessete horas), da qual eu, Joelma Alencar Diniz, Secretária do Conselho, lavrei a presente ata, que será assinada pela Presidente e Conselheiros presentes.


Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira
Conselheira Presidente


Adma Franciane Levino Gonzaga
Conselheira


Adailton Silva Lima
Conselheiro

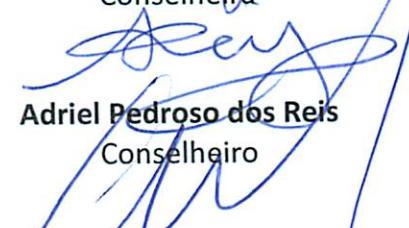

Claudio Fon Orestes
Conselheiro


Francisco Borges Ferreira Neto
Conselheiro

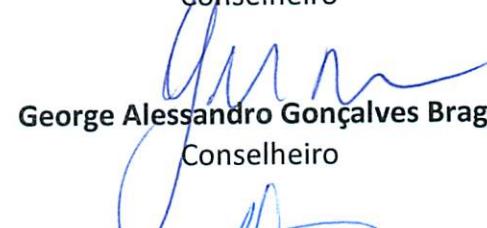

Helga Terceiros de Medeiros Chaves
Conselheira

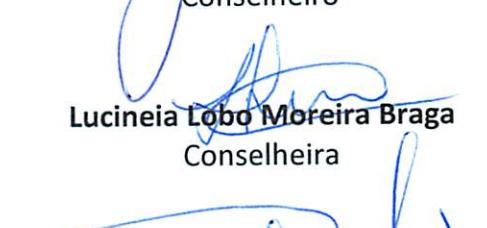

Leonardo Hernandez de Figueiredo
Conselheiro

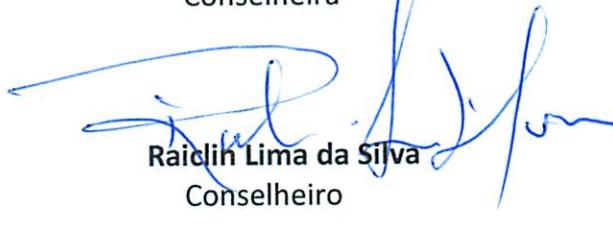

Andrea Maria Rezende
Conselheira


Adriel Pedroso dos Reis
Conselheiro


Christian Norimitsu Ito
Conselheiro


George Alessandro Gonçalves Braga
Conselheiro


Lucineia Lobo Moreira Braga
Conselheira


Raidlin Lima da Silva
Conselheiro


Vanda Vilhena de Melo
Conselheira